A detailed architectural line drawing of the main entrance of the University of Paraná. The drawing shows a grand portico with several tall, fluted columns supporting a heavy entablature. The pediment above the columns is inscribed with the text 'UNIVERSIDADE DO PARANÁ'. To the right of the portico, there are arched windows and doorways on the upper floors. The drawing is executed in a fine-line, etched style.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DELMA CAVALHEIRO DE ÁVILA ANDRADE

**GESTÃO EDUCACIONAL DEMOCRÁTICA:
CONTRIBUIÇÕES PARA EMANCIPAÇÃO HUMANA**

MATINHOS

2018

DELMA CAVALHEIRO DE ÁVILA ANDRADE

**GESTÃO EDUCACIONAL DEMOCRÁTICA: CONTRIBUIÇÕES PARA
EMANCIPAÇÃO HUMANA**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Gestão e Processos da Educação, Diversidade e Inclusão – GPEDI, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista.

Orientador: Prof. Dr. Maurício Fagundes

MATINHOS

2018

GESTÃO EDUCACIONAL DEMOCRÁTICA: CONTRIBUIÇÕES PARA EMANCIPAÇÃO HUMANA

Delma Cavalheiro De Ávila Andrade

RESUMO

O presente trabalho tem como finalidade problematizar alguns princípios da Gestão Democrática, da educação pública, a partir de experiências implementadas nas unidades educacionais do campo do município de Araucária. Busca-se compreender os limites e possibilidades para esse tipo de gestão, tomando como elementos centrais a participação e o diálogo. A metodologia desenvolvida foi a realização de uma pesquisa qualitativa/quantitativa por meio da aplicação de um questionário, na sequência, realização de roda de conversa num dos encontros presenciais do Curso de Extensão em Gestão e Processos em Educação, Diversidade e Inclusão (GPEDI) e, por fim, observação participante durante todo o processo. Participaram nove unidades educacionais do campo, representadas por professores, pedagogos, diretores, educadores infantis, representantes de conselhos escolares e da comunidade local. A coleta e sistematização dos dados resultou em reflexões e compreensões dos avanços, limites e possibilidades de superação no exercício da prática democrática das unidades educacionais envolvidas, como por exemplo a confirmação da centralidade da participação e do diálogo entre os diferentes sujeitos da comunidade escolar e a necessidade de ampliar espaços de decisão para os estudantes. Os principais interlocutores foram os cursistas das unidades educacionais do campo da rede pública de ensino do município de Araucária, a Secretária Municipal de Educação de Araucária e a Universidade Federal do Paraná Setor Litoral.

Palavras-chave: Democracia. Participação. Diálogo. Emancipação.

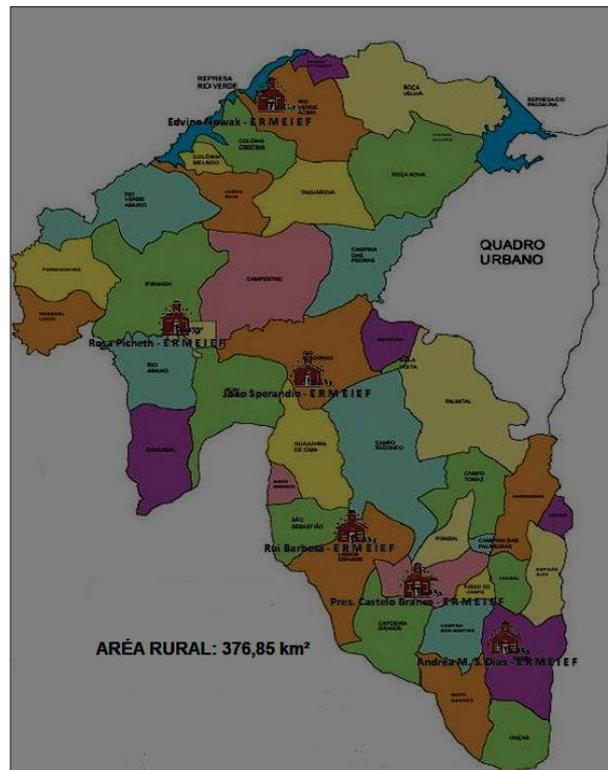
INTRODUÇÃO

O município de Araucária está situado na região metropolitana de Curitiba. Tem predominância de atividades industriais, especialmente na área petroquímica e desenvolve diversas outras atividades econômicas, como por exemplo a produção agrícola de diversas culturas (batata, feijão, milho, soja, trigo, cebola entre outras), possui estabelecimentos de pecuária (criação de bovinos, suínos e aves) além de comércio variado de produtos. Possivelmente já ultrapassa a quantidade de 120 mil habitantes dos quais, aproximadamente, 92% vivem na região urbana da cidade.

A CONTEXTUALIZAÇÃO DO LUGAR E SEUS SUJEITOS

Ainda que a maior parte da população seja urbana, em termos de território, há predominância do espaço rural, com mais de 40 (quarenta) comunidades organizadas, como observa-se no mapa:

FIGURA 1: MAPA DA REGIÃO RURAL DE ARAUCÁRIA



FONTE: Secretaria Municipal de Planejamento (2016)

A pesquisa que deu corpo a este artigo, foi desenvolvida no território rural do município de Araucária, representado no mapa acima exposto. O centro provocador que desencadeou muitas inquietações, foi a partir de um curso de formação

continuada – Curso de Extensão em Gestão e Processos em Educação, Diversidade e Inclusão (GPEDI), realizado pela Universidade Federal do Paraná – Campus Litoral, numa parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Araucária (SMED), nos meses de março a agosto/2018. Participaram desse processo de formação 06 (seis) escolas municipais do campo de Ensino Fundamental e 03 (três) centros municipais de educação Infantil (CMEI), e seus respectivos profissionais, conforme demonstrado na tabela 1:

TABELA 1: UNIDADES EDUCACIONAIS DO CAMPO, PROFISSIONAIS E ESTUDANTES

| Unidade Educacional | Estudantes Anos Iniciais | Estudantes Anos Finais | Crianças Ed Infantil | Professores | Educadores |
|----------------------------|---------------------------------|-------------------------------|-----------------------------|--------------------|-------------------|
| Andréa Dias | 198 | | | 16 | |
| Castelo Branco | 100 | | 13 | 6 | |
| Rui Barbosa | 100 | | 15 | 7 | |
| Sperandio | 162 | | 13 | 20 | |
| Edvino | 122 | | 19 | 10 | |
| Rosa Picheth | 215 | 203 | 29 | 36 | |
| CMEI Capinzal | | | 71 | 5 | 10 |
| CMEI Guajuvira | | | 96 | 4 | 11 |
| CMEI Tietê | | | 86 | 5 | 10 |

FONTE: Dados Sere/SMED/Setembro 2018

Pode-se considerar que o alcance direto do GPEDI foram 1.100 (um mil e cem) estudantes do ensino fundamental, 342 (trezentos e quarenta e duas) crianças na educação infantil, além dos 140 (cento e quarenta) profissionais da educação (professores/as e educadores/as).

A participação dos profissionais ocorreu em encontros presenciais, com formação durante a hora-atividade e à distância, com indicação de leituras e orientações de atividades individuais ou coletivas realizadas pelos cursistas nas unidades educacionais. Foram organizados também, Seminários da Educação do Campo em três comunidades – Tietê, Guajuvira e Rio Verde – reunindo, além dos cursistas, um total aproximado de 250 (duzentos e cinquenta) outros participantes em cada seminário, incluindo estudantes, familiares e comunidade em geral.

Um outro desdobramento do GPEDI foi a realização de Conferências Locais promovidas pelos próprios cursistas nas suas respectivas unidades educacionais, com a participação de pais e estudantes ainda que impossibilitados de participar do curso em sua totalidade, não ficaram excluídos do processo de reflexão das temáticas propostas.

As temáticas, geradoras dos estudos, discussões, seminários e conferências, totalizaram 160 (cento e sessenta) horas de trabalho pedagógico, sendo elas: Gestão Democrática da Educação; Educação Inclusiva e Diversidade; Educação do Campo; Educação da Infância.

O presente estudo está organizado em quatro partes, sendo: a contextualização do lugar e seus sujeitos (introdução), a exposição do processo metodológico, a fundamentação teórica, a gestão escolar das unidades educacionais do campo e a análise dos resultados.

O PROCESSO METODOLÓGICO

A proposta que trata este artigo teve como objetivo compreender, a partir das experiências implementadas nas unidades educacionais do campo de Araucária, como se desenvolve a Gestão Democrática, considerando também como foco a análise sobre os instrumentos metodológicos, os princípios presentes nesse tipo de gestão, bem como se os referidos instrumentos estão sendo eficazes em favorecer uma participação mais ampla da comunidade escolar nos processos decisórios das escolas e CMEIs.

Para identificar a realidade concreta de cada unidade educacional, optou-se num primeiro momento pela realização de uma pesquisa qualitativa/quantitativa por meio da aplicação de um questionário (**anexo I**) com professores/as, educadores/as, conselheiros escolares e membros das comunidades escolares inscritos no curso de extensão GPEDI. Na sequência, a realização de roda de conversa num dos encontros presenciais do curso com os cursistas das nove educacionais do campo, que responderam os questionários e, por fim, observação participante durante todo o processo de formação.

O questionário foi apresentado durante o I Seminário Local da Educação do Campo, em março de 2018, realizado na comunidade do Tietê/Araucária – PR. Orientou-se que fosse respondido por profissionais da educação e membros do Conselho Escolar. Não foi solicitado respostas individuais e, desde que pertencentes

à mesma unidade educacional, as questões poderiam ser respondidas em duplas ou grupos. Do total de 152 (cento e cinquenta e dois) questionários distribuídos foram respondidos 87 (oitenta e sete), pelos cursistas de todas as nove unidades educacionais do campo.

As respostas foram primeiramente agrupadas por recorrência (respostas parecidas, com o mesmo conteúdo) e, na sequência, categorizadas e organizadas em gráficos. Os dados então foram apresentados e analisados coletivamente durante roda de conversa em um dos encontros do GPEDI. Dessa primeira análise coletiva, surgiram novos elementos que, sistematizados possibilitaram uma análise ainda mais qualificada de como a gestão democrática se desenvolve efetivamente nas unidades educacionais pesquisadas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Historicamente a gestão educacional foi pautada por princípios de organização técnica e estabelecida a partir de relações verticais, na qual gestores eram instituídos como detentores do poder de decisão e os demais profissionais, tinham como tarefa principal, a execução das “ordenanças”, fossem elas pedagógicas, disciplinares ou administrativas. No entanto, a partir dos movimentos de redemocratização do país, no final da década de 1980, a educação pública também foi constituindo-se como um espaço democrático, ampliando a participação dos profissionais, estudantes, pais, mães ou outros responsáveis nos processos decisórios estabelecidos dentro das unidades educacionais. Entendendo a democracia aqui, conforme Paro (2001, p.10) que

[...] ela já não deve ser vista apenas em sua conotação etimológica de “governo do povo” ou em sua versão formal de “vontade da maioria”, mas em seu significado mais amplo e atual de mediação para a construção da liberdade e da convivência social, que inclui todos os meios e esforços que se utilizam para concretizar o entendimento entre grupos e pessoas, a partir de valores construídos historicamente.

Em Araucária, especificamente, esse processo de democratização do país trouxe para a educação pública municipal importantes instrumentos de participação social, como por exemplo, a criação do Sistema Municipal de Educação – SME (Lei Municipal nº 1528/2004) do qual fazem parte o Conselho Municipal de Educação – CME, a Secretaria Municipal de Educação – SMED e as Unidades Educacionais Públicas de Ensino Fundamental e de Educação Infantil, tendo como principal

responsabilidade discutir, sistematizar, deliberar e normatizar, a partir dos olhares dos diferentes sujeitos que compõe o sistema, sobre a política pública educacional a ser desenvolvida no município.

Da mesma forma, para o âmbito das unidades educacionais, foram instituídos diferentes instrumentos de gestão com o objetivo de consolidar a participação mais efetiva dos sujeitos que fazem parte da comunidade escolar, pautando-se no princípio de que a forma como a gestão escolar organiza seus espaços democráticos de debate e decisão, interferem não só na qualidade dos processos de ensino e aprendizagem, mas sobretudo nas possibilidades de promover reflexões, pelas crianças, estudantes e comunidade escolar, sobre si, sobre o entorno mais próximo e sobre a realidade concreta mais global.

Assim, gerar uma educação fundada em princípios democráticos traz contribuições significativas no processo de emancipação humana e significa pensar sobretudo numa

[...] escola como um espaço acolhedor e multiplicador de gostos democráticos como, por exemplo, o de ouvir os outros, não por puro favor, mas por dever, o de respeitá-los, o de tolerância, o do acatamento às decisões tomadas pela maioria a que não falte contudo o direito de quem diverge de exprimir sua contrariedade, o gosto da pergunta, da crítica, do debate (FREIRE, 1997, p. 89).

Ao observar uma determinada forma de gestão escolar e quais instrumentos são priorizados, é possível identificar alguns modos de ser da escola, ou seja, se ela situa-se em modelos de gerência e controle do trabalho alheio ou em ambientes escolares mais democráticos contribuindo para a formação de consciências mais críticas e autônomas dos sujeitos, ou o contrário, serve para a manutenção de relações verticalizadas e até arbitrarias, onde poucos decidem o que a maioria deve executar, esvaziando dessa forma a possibilidade de desenvolvimento de todos.

Na medida em que os objetivos educacionais e o processo pedagógico escolar se articulem de modo profundo com vistas à transformação social, à luta contra toda forma de exclusão, preconceito ou exploração e se vincule ao princípio de trabalho para a emancipação humana, a gestão escolar também se consolida em bases cada vez mais democráticas, se fundamenta na participação cotidiana da comunidade, sem dificuldade para conseguir adesão de parcelas significativas de pais, estudantes ou profissionais.

A GESTÃO DEMOCRÁTICA NAS ESCOLAS DO CAMPO DE ARAUCÁRIA

Neste capítulo, são apresentados algumas reflexões e resultados do processo de estudo e pesquisa, a partir do desenvolvimento do curso de extensão GPEDI, especialmente na temática Gestão Democrática da Educação. A sistematização dessas ideias possibilitou aos cursistas identificar limites e possibilidades das unidades educacionais no seu processo de gestão escolar e entender que as relações pedagógicas que ocorrem entre professores e alunos sempre foram e continuam sendo o epicentro das razões de todo o trabalho da educação (SOUZA e COL., 2005) e que melhorar a gestão da escola repercute diretamente na melhoria do processo de ensino e aprendizagem, interferindo no desenvolvimento de todos os sujeitos envolvidos.

INSTRUMENTOS DE GESTÃO DEMOCRÁTICA

A pesquisa demonstrou que são muitos os instrumentos de democratização educacional conhecidos pelos profissionais da educação de Araucária. Ao todo foram listados 29 (vinte e nove) instrumentos de gestão, sendo os mais citados o Conselho Escolar, a Associação de Pais, Professores e Funcionários (APPF) e o Projeto Político Pedagógico (PPP).

Nessa lista aparecem também diferentes órgãos colegiados (Conselho Municipal, Estadual e Federal de Educação) bem como outros documentos de organização pedagógica (Base Nacional Comum Curricular, Diretrizes Curriculares e Regimento Escolar). Estes dados indicam que a Gestão Educacional, sob a ótica da democratização, desenvolveu um repertório bastante diverso de instrumentos que já estão amplamente difundidos.

Quanto aos instrumentos presentes e efetivamente exercitados nas unidades educacionais, o levantamento demonstrou que o Conselho Escolar, a APPF, a Avaliação Institucional, o Projeto Político Pedagógico e a Eleições para Gestores estão implementados em todas as unidades educacionais do campo. São indicados vários outros instrumentos, demonstrando que a gestão escolar não está mais pautada numa lógica vertical, ou seja, as decisões têm sido tomadas a partir de discussões realizadas em órgãos colegiados e representativos que trazem as diferentes compreensões da comunidade escolar sobre um determinado assunto. É consenso consolidado que a gestão escolar deve ser democrática.

No entanto observou-se durante as discussões dos participantes do curso, que persiste um certo desconforto de alguns profissionais da educação quando os outros segmentos da comunidade escolar propõem sugestões contrárias às suas: *há resistência cultural de algumas pessoas às mudanças, apesar de (existirem) todos os instrumentos* (CURSISTA 1).

Ainda que um dos elementos principais indicados na pesquisa como importante instrumento de democratização seja a participação, Paro (2001) nos ajuda a compreender que ela é 'apenas uma possibilidade e não uma garantia'. O relato abaixo representa essa ideia: *uma gestão (democrática) só existirá na medida em que for desenvolvida a articulação entre o discurso e a ação em defesa dos interesses coletivos, compromissos públicos e a construção de uma sociedade justa* (CURSISTA 2).

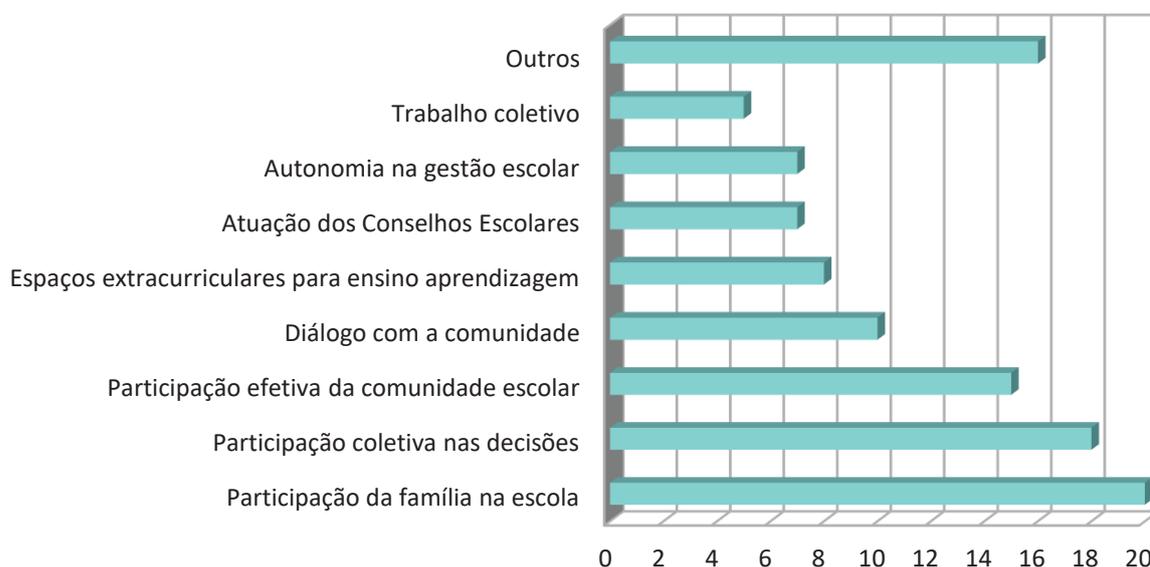
Mesmo que estejam formalmente instituídos, os diferentes instrumentos de gestão democrática só se efetivam se estão consolidados na prática, ou seja, se nas decisões tomadas no âmbito da unidade educacional, é possibilitado aos diferentes sujeitos envolvidos na comunidade escolar, espaço e tempo apropriados para exercer a participação. Assim, numa análise mais detalhada das respostas é possível encontrar argumentos que indicam a existência de limites na utilização desses instrumentos e por consequência, dificuldades na realização de um processo decisório que pressupõe a participação de todos os segmentos da comunidade escolar conforme observações abaixo:

Há reuniões entre a escola e comunidade escolar, mas a comunidade demonstra pouco interesse em participar, os pais ainda são ausentes (CURSISTA 3).

Falta de horários para debater e discutir com embasamento teórico no âmbito da gestão escolar (CURSISTA 4).

Ainda que cursistas de diferentes unidades educacionais tenham observado que a participação ainda não está universalizada, destacam com a mesma ênfase que uma participação mais qualificada da comunidade local tem aumentado e sendo exercida em diferentes espaços e momentos do cotidiano escolar, conforme pode ser constatado no gráfico 1.

GRÁFICO 1 – A PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO ESCOLAR



FONTE: Delma Cavalheiro de Ávila Andrade (2018).

O conceito de participação aparece acompanhado pelos adjetivos “*coletiva e efetiva*” em grande parte das respostas e a família aparece como o sujeito principal dessa participação. Assim, pode-se compreender que, as respostas que tratam da participação referem-se em sua maioria a participação da comunidade local no âmbito das decisões escolares, ou seja, os pais ou responsáveis pelo estudante debatendo sobre os processos que acontecem dentro da escola.

Essa progressiva participação tem trazido contribuições importantes para todo o processo educativo e levado a comunidade escolar à compreensão de que as ações da gestão escolar local, especificamente nos itens que se referem à infraestrutura das unidades, são possibilitadas dependendo de recursos liberados pelas instituições mantenedoras e, nesse sentido, não há uma culpabilização dos gestores. Pelo contrário, tanto as respostas escritas nos questionários, quanto os relatos realizados durante as conferências e seminários locais, demonstraram que a comunidade escolar pode e deve participar mais efetivamente cobrando ações efetivas dos governos, através de movimentos e organizações próprias da sociedade civil, e nesse sentido fortalecer ainda mais a da gestão local.

Assim, a superação de limites que ainda se apresentam na construção de uma escola verdadeiramente democrática, se dará na medida em que a gestão escolar, de forma intencional e planejada, realize ações que ampliem os espaços e

tempos favorecendo a participação de um número cada vez maior de pessoas. Viabilizar essa participação considerando a realidade local, seus modos de produzir a vida e a cultura é fundamental para que a democracia se desenvolva.

O sentimento de pertencimento à comunidade escolar é construído na medida em que profissionais, crianças, estudantes, pais e mães, observem o quanto são considerados e respeitados nesse processo e, na mesma medida, percebam em si mesmos um desenvolvimento real – superações – na sua atuação.

4.2 O PROTAGONISMO ESTUDANTIL

Além da participação, como elemento central da gestão escolar democrática, o processo da formação desenvolvido durante o GPEDI, possibilitou a compreensão, pelos cursistas e por suas respectivas comunidades escolares, que o avanço principal conquistado, com a implementação dos diferentes instrumentos desse tipo de gestão, foi o estabelecimento da possibilidade de diálogo direto ou a partir de órgãos colegiados e assembleias escolares. As decisões que precisam ser tomadas ou ações que precisam ser desenvolvidas, têm hoje um outro caminho para sua realização, rompendo com a hierarquia das relações outrora dominantes, onde um detinha o “saber mais” e por isso falava, e o outro era o possuidor “do saber menos” e por isso era silenciado. Num passado não muito distante, estudantes e professores (e escola e comunidade) ainda que participantes de um mesmo processo educativo, não estabeleciam o diálogo tão necessário conforme explicitado por Freire:

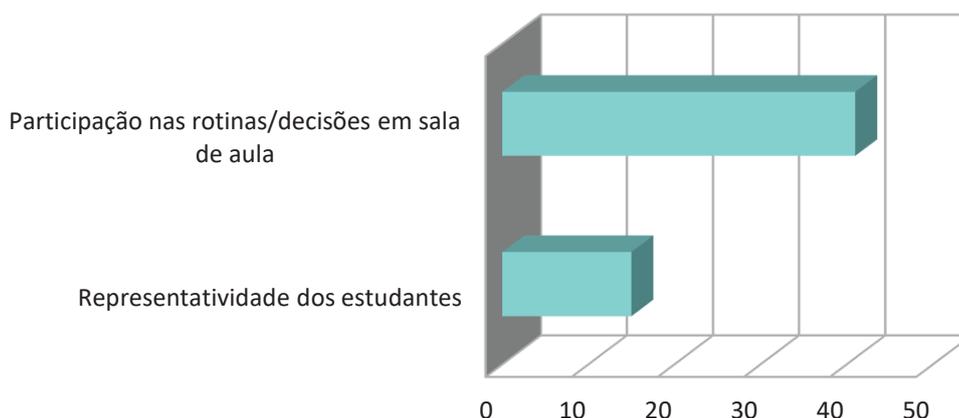
[...], o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes. (2005, p. 91)

A relação dialógica defendida por Freire é muito mais que um ato de conversa entre dois sujeitos, mas um encontro amoroso em que professores e estudantes, e também a escola e a comunidade, devem estabelecer uma relação horizontal numa prática educativa reflexiva e transformadora. Não há possibilidade de uma genuína relação democrática sem o estabelecimento desse tipo de diálogo.

No entanto, um dado bastante significativo foi identificado no decorrer da pesquisa, a partir da análise dos questionários: os órgãos colegiados relacionados a participação dos estudantes (conselho de classe participativo, representatividade de estudantes, grêmios estudantis, assembleias estudantis ou similares) aparecem

com pequena expressividade nas respostas das unidades educacionais, ficando as decisões das crianças e estudantes localizadas nas atividades que se referem a rotinas da sala de aula.

GRÁFICO 2 – A PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES



FONTE: Delma Cavaleiro de Ávila Andrade (2018).

O gráfico 2 demonstra as respostas dos cursistas em relação a participação de crianças e estudantes indicando que, em sua maioria, essa participação se situa no campo dos combinados pedagógicos em sala de aula e bem pouco em espaços que legitimam a representatividade nos processos decisórios da escola ou CMEI. Ainda que na maioria das escolas pesquisadas a escolha de representantes de turma seja uma prática, a atuação dos mesmos está muito ligada ainda a ideia do “ajudante da turma”, que desenvolve pequenas atividades para auxiliar o/a professor/a ou educador/a. Não se observa nas repostas dos questionários, nem nos discursos dos cursistas, a realização de reuniões ou assembleias de crianças ou estudantes para discutir temáticas de gestão escolar, como por exemplo: como melhorar o cardápio da merenda, a necessidade de organizar um refeitório, o recreio como espaço lúdico, os diferentes instrumentos de avaliação, entre outras.

Compreendeu-se portanto, pelo coletivo das unidades educacionais do campo, que há a necessidade de formalizar e/ou ampliar espaços democráticos para maior protagonismo estudantil, seja na Educação Infantil ou Ensino Fundamental. Na mesma medida em que pais e responsáveis já atuam nas decisões da escola é imprescindível dar voz às crianças e estudantes que vivem o cotidiano escolar, dialogar com eles, tornando esses momentos espaços formativos que possibilitem a participação e o exercício do diálogo, a construção de consensos, a deliberação de

ações que extrapolem os combinados de organização didática na sala de aula, mas que incidam sobre toda a organização da unidade educacional.

A ELEIÇÃO DE GESTORES ESCOLARES

A eleição de gestores escolares é um dos instrumentos de democratização já presente nas comunidades educacionais do campo, conforme já citado neste trabalho. Desde 1994 (Lei Municipal nº 966/1994), em toda a rede pública municipal de ensino, os gestores são escolhidos por meio de voto. Atualmente a votação é realizada por meio de voto universal direto, participando profissionais da educação, estudantes e comunidade escolar, conforme estabelecido na Lei Municipal nº 2.060/2009.

No entanto, observa-se que nos últimos dois anos, talvez em decorrência do enfraquecimento da democracia no Brasil, tem se estabelecido questionamentos relacionados a eleição dos gestores escolares, tanto por parte de representantes do governo municipal quanto por parcelas mais conservadoras das comunidades escolares, estão buscando revitalizar a antiga prática de indicações de “diretores escolares”.

As unidades educacionais já fortalecidas no exercício democrático, têm-se manifestado contrárias a esse retrocesso defendendo uma escola que *educa politicamente, visando uma relação democrática entre os envolvidos, resultando na tomada de decisões coletivas onde todos sejam beneficiados, enquanto sujeitos ativos de todo o processo.* (CURSISTA 5)

No entanto, infelizmente, observa-se que as instituições jurídicas em Araucária também estão, de certa forma, endurecidas quanto a essa prática democrática, dificultando a realização de um novo pleito para a gestão 2019-2021. Como alternativa, prorrogou o mandato dos atuais gestores da educação pública municipal para mais um ano, até que se formalize um novo processo de escolha dos gestores educacionais, talvez substituindo as eleições, como até então ocorria.

Este, possivelmente, será o novo desafio das próximas discussões acerca da gestão escolar democrática no município: a luta pela garantia da permanência do que já havia sido instituído.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As unidades educacionais do campo de Araucária, além de ser um espaço onde as decisões têm sido tomadas de forma cada vez mais coletivas, como

brevemente a presente pesquisa procurou demonstrar, têm se constituído um espaço onde os diferentes sujeitos expressam suas opiniões e também seu modo de ser e viver na comunidade. Somente em uma resposta, sobre a gestão da escola, foi encontrada o termo “*visão individualista*”.

Considera-se, portanto, que cada segmento das unidades educacionais tem buscado assumir seu papel no cotidiano escolar com um objetivo comum de valorização da identidade dos sujeitos do campo, da busca por políticas públicas para efetivar uma educação do e no campo com qualidade. O alcance desses objetivos tem se estabelecido por meio de dois elementos principais: a participação e o diálogo.

A promoção de momentos para a construção da democracia, tão fragilizada atualmente em nosso país, são pautas recorrentes nos projetos políticos pedagógicos dessas escolas e CMEIS, onde encontram-se explicitados os instrumentos, espaços e tempos para essa prática democrática. Há possibilidades de superação e avançar nas práticas já instituídas? Sim! O compromisso coletivo é fundamental para que a educação colabore no processo de emancipação das diferentes pessoas que fazem parte das comunidades escolares.

Nesse sentido, em concordância com a fala de uma das Cursistas, continua sendo necessário *pensar e viver a escola como o lugar onde se aprende a ser intolerante com a injustiça, a exercer o direito a palavra, a viver a democracia pelo exemplo, a emancipar o sujeito, a ser crítico para intervir e participar ativamente nas mudanças que se fazem necessárias, tanto no contexto familiar quanto no social* (CURSISTA 6).

Por fim, o presente trabalho não foi suficiente para descrever o alcance da contribuição que o processo de formação do curso de extensão GPEDI trouxe aos envolvidos. Apresentou somente, o recorte de uma das temáticas trabalhadas buscando divulgar o quanto a participação e o diálogo já estão estabelecidos como prática democrática e em que medida essa prática pode ainda ser aperfeiçoada, com vistas à emancipação humana. Não é possível dizer que o processo encerra-se com o término do curso e finalização da pesquisa pois, já se observam pequenos, mas significativos desdobramentos nas comunidades escolares, organizando-se para dar continuidade ao movimento de fortalecimento das políticas públicas para os sujeitos que vivem e/ou trabalham no campo. A escola e o CMEI sendo o centro

desencadeador desse movimento é o cumprimento do seu papel na transformação da sociedade.

REFERÊNCIAS

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno Estatístico do Município de Araucária**. IPARDES - Novembro, 2018.

Caderno 1: **Gestão da Escola Pública**. Ângelo Ricardo de Souza, Andréa Barbosa Gouveia, Monica Ribeiro da Silva, Sônia Fátima Schwendler. Curitiba: UFPR, 2005. Vários Autores.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo: Editora Olho d'água, 1997.

_____ **Pedagogia do Oprimido**. 2ª edição, ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1975.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. Brasiliense, 2008.

PARO, Vitor H. **Administração Escolar: introdução crítica**. 13ª Edição – São Paulo: Cortez, 2005.

_____ **Escritos sobre educação**. São Paulo: Xamã, 2001

_____ **Gestão democrática da escola pública**. Atica, 2001.

APÊNDICE - QUESTIONÁRIO

Educação do Campo de Araucária
Curso de Extensão Gestão e Processos em Educação, Diversidade e Inclusão
GPEDI - UFPR

“As relações pedagógicas que ocorrem entre professores e alunos sempre foram e continuam sendo o epicentro das razões de todo o trabalho da educação e é para o seu incremento que buscamos melhorar a gestão da escola e dos sistemas de ensino. Isto é, a gestão é um instrumento, uma ferramenta a serviço da melhoria da qualidade de ensino.”

(UFPR, 2005)

Unidade Educacional _____

Responsável pelo preenchimento _____

Considerando a realidade educacional na qual você está inserido, responda as questões abaixo:

1. Quais são os instrumentos de democratização educacional conhecidos? Liste:

| |
|--|
| |
| |

2. Quais desses instrumentos estão presentes e exercitados em sua unidade educacional? Enumere por ordem de ocorrência, considerando o que ocorre com maior frequência para o que ocorre com menor frequência:

| |
|--|
| |
| |

3. Cite os avanços e os limites que esses instrumentos têm possibilitado na Gestão Escolar:

| AVANÇOS | LIMITES |
|---------|---------|
| | |

4. Como se dá a Gestão da Escola considerando as relações intra e extramuros?

| INTRA | EXTRA |
|-------|-------|
| | |

5. A unidade educacional realiza Conselho de Classe? () sim () não

Quem participa? _____

O que se faz? O que se refaz? Liste as atividades:

| |
|--|
| |
| |

06. Quanto a Gestão da Sala de Aula como se dá? Liste as formas de participação dos estudantes:

| |
|--|
| |
| |

07. A unidade educacional tem um Projeto Político Pedagógico?

() sim () não

08. O P.P.P fica acessível à comunidade escolar? Comente:

() sim () não

| |
|--|
| |
| |
| |

09. No P.P.P. estão explicitados instrumentos de participação democrática? Quais?

| |
|--|
| |
| |

10. O que é possível fazer para avançar na direção de uma educação que emancipe seus sujeitos (estudantes, professores, comunidade)?

| |
|--|
| |
| |